

Mercado mundial: ponto de partida e de chegada do Livro I de *O capital*

Leonardo de Magalhães Leite *

Resumo: Este artigo oferece uma interpretação de *O capital* crítica às abordagens que consideram que o objeto da obra é uma economia nacional. Ao contrário de representar um sistema fechado, tentaremos mostrar que *O capital* trata o modo capitalista de produção enquanto totalidade em permanente expansão, partindo, por isso, desde o princípio do Livro I, do mercado mundial. A hipótese do artigo será desenvolvida em três argumentos: (i) a existência de vários capitais, ou seja, da concorrência, está pressuposta desde o Capítulo I do Livro I; (ii) o mercado mundial está implícito na teoria da forma de valor, sendo explicitado na determinação do dinheiro como dinheiro mundial; (iii) a teoria da reprodução do capital e da acumulação primitiva, ponto de chegada do Livro I, põe o mercado mundial como uma totalidade em permanente expansão.

Palavras-chave: O capital de Marx; mercado mundial; concorrência.

Classificação JEL: B14, B24, B51

Abstract: This paper offers an interpretation of Marx's Capital based on a critique to the authors that interpret it as restricted to a national economy. We intend to show that Marx's Capital refers to the capitalist mode of production as an ever-expanding totality, in contrast to represent it as a closed system. Therefore, the exposition in the first book must to initiate with the world market. The paper hypothesis will be developed through three arguments: (i) there are many capitals since the first chapter of Book I, or, in other words, the competition is presupposed since the very beginning of Marx's Capital; (ii) the world market should be implicitly considered in the context of value form theory, and it becomes explicit on the determination of money as world money; (iii) the world market as an ever-expanding totality is developed in the theory of reproduction and primitive accumulation.

Keywords: Marx's Capital; world market; competition.

JEL Classification: B14, B24, B51

**Artigo submetido à Área 2 (Economia Política) do 44º Encontro Nacional de
Economia**

*Professor do Departamento de Ciências Econômicas de Campos da Universidade Federal Fluminense (CEC/UFF), doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFF (PPGE/UFF) e pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). Agradeço aos comentários de Marcelo D. Carcanholo a uma outra versão deste texto, mas isento-o inteiramente de qualquer erro ou omissão que porventura se registre nas linhas que seguem.

INTRODUÇÃO

Existe um conjunto de intérpretes de *O capital* que trata os resultados teóricos expostos ali como válidos para uma economia nacional. Para mencionar duas das mais importantes e influentes figuras do marxismo no século XX, tomemos Lenin (1960) e Luxemburg (1951). O primeiro é explícito ao indicar que a teoria de Marx como exposta em *O capital* considera o “produto de um país capitalista” (ibidem, p. 51). Na mesma direção, ao discutir “a principal conclusão da teoria da realização de Marx”, ele associa diretamente “produção capitalista” com “mercado interno” (ibidem, p. 54). A perspectiva da autora de *A acumulação do capital* é similar pois ela considera uma deficiência de *O capital* ao tratamento supostamente nacional da acumulação: “O papel dos empréstimos exteriores, como o da colocação do capital em ações ferroviárias e mineiras estrangeiras, é [...] a melhor ilustração crítica do esquema marxista da acumulação” (Luxemburg, 1970, p. 374)¹.

Em ambas perspectivas as leis gerais desenvolvidas por Marx não incorporam o mercado mundial na medida em que sua análise demandaria uma série de mediações concretas, as quais seriam postas apenas em um nível mais avançado da exposição. A categoria da concorrência, por exemplo, entendida como tema do Livro III de *O capital*, é corretamente vista como uma dessas mediações.

Pretendemos oferecer, neste texto, uma interpretação distinta. Ancorados na hipótese de que a concorrência é um pressuposto para a exposição de Marx desde o começo do Livro I, argumentaremos que *O capital* enseja uma interpretação do capitalismo em escala mundial – e não nacional, portanto –, dentro da qual suas leis gerais devem ser compreendidas enquanto tendências que se manifestam globalmente, mesmo que de forma desigual e combinada.

Essa polêmica, de fato, é alimentada pelo caráter inacabado da produção teórica de Marx sobre o modo de produção capitalista, assunto do qual muito já se falou (Callinicos, 2014, pp. 54 et seq.; Dussel, 1988, p. 326). A existência de vários planos de redação e de três grandes esboços – *Grundrisse*, de 1857-58, *Manuscritos de 1861-63* e *Manuscritos de 1863-65*² – revela, em algum sentido, a fecundidade do período que começa em 1857 e termina com a publicação da primeira edição do Livro I em 1867. Na medida em que “os planos são sempre formulados por ele de modo *ex post*, são um resultado do material produzido, geralmente lançado no meio da redação” (De Deus, 2015, p. 939), nos parece razoável sustentar que os planos mais primitivos só podem ser encarados como resultados teóricos da pesquisa naquele momento específico. Estamos sugerindo que o famoso plano de seis livros pensado em 1858 representa um resultado em nível de desenvolvimento ainda primitivo da crítica marxiana da economia política.

Defenderemos, na sequência do texto, que a distinção entre capital em geral e concorrência, característica do “plano primitivo da obra” (Dussel, 2012, pp. 60-3), foi abandonada antes da redação definitiva de *O capital*. Ao suprimir tal distinção, tentaremos mostrar que Marx incorporou a existência de vários capitais desde o Livro I

¹ Na tradução para o inglês, a crítica de Luxemburg a Marx parece soar mais incisiva, como destaca Pradella (2013, p. 141) citando a autora: “the part played by lending abroad as well as by capital investments in foreign railway and mining shares is a fine sample of the deficiencies in Marx’ s diagram of accumulation”.

² No Brasil, a íntegra dos *Grundrisse* e partes dos *Manuscritos de 1861-63* foram traduzidas e publicadas recentemente (Cf. Marx, 2011; Marx, 2010). As *Teorias da Mais-Valia* e o Livro III de *O capital* foram editados através, respectivamente, dos *Manuscritos de 1861-63* e *1863-65*. Um panorama da produção teórica de Marx nesse período pode ser encontrado em Dussel (2012, p. 13-27) e Heinrich (2014, p. 17-20).

e, ao mesmo tempo, desenrolou sua redação sobre o nível de abstração do mercado mundial.

O debate sobre o lugar do mercado mundial (e da concorrência) na estrutura de *O capital* remete-nos à questão do próprio método de Marx. Concordamos com Callinicos (2014, p. 74)³, para o qual *O capital* não é “simplesmente a atualização do método projetado no começo dos *Grundrisse*”. Nos termos de Heinrich (2009, p. 79), “o geralmente citado ‘método de ascender do abstrato ao concreto’ é muito vago para descrever a maneira complexa com a qual Marx na verdade argumenta no Livro I de *O capital* mais ou menos 10 anos depois”.

Mesmo com a vagueza da descrição do método em 1857-58, a estrutura expositiva de *O capital* não deixa dúvidas de que Marx segue o método hegeliano de ascender do abstrato ao concreto. Isto posto, a questão que nos interessa é se o mercado mundial e, conseqüentemente, a concorrência, já estão contidos nos níveis mais elevados de abstração do Livro I de *O capital*, ou se, ao contrário – como poderia sugerir a Introdução de 1857-58, sendo ele a instância mais concreta da realidade capitalista e considerando o caráter inacabado da obra – a análise de Marx não atingiu o nível de concretude suficiente para integrar o mercado mundial.

Para isso, dividimos o argumento do texto em três momentos, além desta Introdução. No primeiro, Seção 1, tentaremos mostrar que a concorrência é necessária e crucial para o Livro I desde o primeiro capítulo da obra, embora se manifeste com vigor apenas na Seção IV. Depois, no segundo momento, Seção 2.1, defenderemos que o mercado mundial se faz presente implícita e abstratamente desde o *ponto de partida* do Livro I, qual seja, a análise da mercadoria e dos desdobramentos da forma de valor até se explicitar no dinheiro como dinheiro mundial. Por fim, na Seção 2.2, nosso foco será mostrar que as teorias da reprodução do capital e da acumulação primitiva, o *ponto de chegada*, revela que o mercado mundial esteve presente ao longo de toda a obra e que ele se manifesta agora em um sentido mais concreto do que no princípio. Ao final, seguem-se algumas considerações finais.

1 A NECESSIDADE DA CONCORRÊNCIA PARA O LIVRO I

Em 22 de fevereiro de 1858, em carta a Lassalle, Marx apresenta os seis livros que compunham seu plano de redação da crítica da economia política: “1. Sobre o capital (contendo alguns capítulos introdutórios); 2. Sobre a propriedade da terra; 3. Sobre o trabalho assalariado; 4. Sobre o Estado; 5. Comércio exterior; 6. Mercado mundial” (Marx, 2010a, p. 270, tradução nossa). Como sugerimos brevemente na Introdução, Marx modificou esse plano no *terceiro* esboço preparado em 1863-65, refletindo a estrutura definitiva da obra que passaria a ser composta por três livros teóricos (processo de produção do capital, processo de circulação do capital e o processo global da produção capitalista) mais um sobre a história da teoria, como relata Rosdolsky:

O terceiro manuscrito de Marx, redigido em 1864-65 (manuscrito que serviu de base para Engels organizar o terceiro tomo de *O capital*), já não se refere a esses livros [sobre Estado, comércio exterior e mercado mundial], relegando-os – pelo menos a um deles, aquele sobre o mercado mundial – à ‘continuação que, no devido tempo, daremos à obra’ (Rosdolsky, 2001, p. 27).

Como esse novo plano foi, de fato, aquele que serviu de base à redação definitiva de *O capital*, Rosdolsky interpreta que os últimos temas do plano original –

³ Daqui em diante, todas as citações a textos em inglês serão traduzidas livremente por nós.

dentre os quais o mercado mundial – foram relegados da redação final. Esta interpretação, portanto, sugere que *O capital* considera uma economia fechada, sem relação com o externo, já que o mercado mundial foi, supostamente, excluído da exposição feita por Marx⁴:

Por último, no que diz respeito aos livros IV, V e VI iniciais (sobre o Estado, o comércio exterior e o mercado mundial), remetemos o leitor à passagem já citada do terceiro tomo de *O capital*, na qual Marx excluía do âmbito de investigações de *O capital* o problema das ‘conexões no mercado mundial’ (ibidem, p. 36, grifos nossos).

Esse argumento parece levar em conta uma certa linearidade no tratamento dos manuscritos antecedentes a *O capital*. Mesmo considerando a mudança no plano de seis livros, Rosdolsky continua a considerar as transformações que dariam origem ao formato definitivo de *O capital* à luz da Introdução de 1857-58, ou seja, do primeiro e primitivo esboço.

Entretanto, a totalidade dos escritos de Marx divulgados no âmbito da nova edição histórico-crítica da *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA-2)⁵ permitiram a Heinrich (2009, pp. 78-82) argumentar em outra direção. Para ele, durante 1863 e 1864, isto é, na redação de parte do que conhecemos como *Manuscritos de 1863-65*, “um segundo projeto de crítica nasceu, nomeado *O capital*”, cuja característica fundamental que torna possível tratá-lo como um novo projeto, e não como uma continuação do projeto original, é a supressão da análise do capital em geral:

Marx não apenas nunca mais mencionou o ‘capital em geral’, mas também evitou dizer qualquer coisa sobre seu plano original de seis livros; em ‘*O capital*’ ele apenas menciona ‘investigações especiais’ que se encontram fora do escopo de ‘*O capital*’. Este escopo foi definido de forma a apresentar ‘a organização interna do modo de produção capitalista, sua média ideal’ (Heinrich, 2009, pp. 81-2, tradução nossa)

A supressão da categoria capital em geral implica que Marx superou a distinção entre capital e concorrência e, com isso, passou a incorporar na exposição do único livro questões que seriam tratadas nos seis livros originalmente planejados, como Estado, comércio exterior e mercado mundial (Pradella, 2015, pp. 132-3 e p. 153).

Na afamada interpretação de Rosdolsky (2001), os Livros I e II de *O capital* dizem respeito ao estudo do capital em geral enquanto o último livro seria o lugar dos vários capitais, ou seja, da concorrência. Sabemos, entretanto, que esse era um planejamento primitivo da obra magna de Marx que foi substituído por outra medida em que o autor desenvolvia os manuscritos preparatórios. Tal fato pode ser comprovado com a constatação de que a concorrência, nos termos de Callinicos (2014, pp. 140-1), tem “papel explanatório em estágio crucial do Livro I”. Para demonstrar essa assertiva, conduziremos nosso argumento respondendo às seguintes perguntas: qual é esse estágio crucial? Porque a concorrência tem um papel explanatório nesse estágio?

Em primeiro lugar, o estágio crucial do Livro I ao qual Callinicos se referia é a Seção IV sobre a produção do mais-valor relativo. Nesse ponto da exposição de Marx, “a transformação tecnológica do processo de produção necessária para incrementar a

⁴ É curioso notar que esta interpretação de *O capital* baseada em um “nacionalismo-metodológico” foi bastante influente no período que se estende da morte de Marx até a primeira guerra mundial, onde supunha-se que a obra teria como objeto uma economia capitalista fechada, isolada do resto do mundo (Pradella, 2013, pp. 138-42).

⁵ Hubmann (2012) oferece uma descrição histórica da MEGA-2 destacando o papel da “virada filológica” (p. 33) ocorrida a partir de 1990. Para Bellofiore e Fineschi (2009, p. 1, tradução nossa), “a segunda edição da Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA), abre a possibilidade de um repensar radical, a partir de uma base filológica, o pensamento de Marx na íntegra. [...] Um consenso crescente está se formando no debate contemporâneo, especialmente na Alemanha: Marx foi amplamente lido através das lentes de Engels. Agora é possível ler Marx de acordo com Marx”.

produtividade do trabalho constitui a *subsunção real do trabalho ao capital*” (Callinicos, 2014, p. 141, grifos nossos). O modo de produção capitalista, conforme Marx argumenta no chamado *Capítulo VI Inédito*, escrito entre 1863 e 1864, adquire uma especificidade que lhe distingue de qualquer outra forma histórica e social de produção, se torna *sui generis*, quando o trabalho *realmente* subsume-se ao capital (Marx, 2004, p. 105).

O argumento de Marx, mais detalhado nos *Manuscritos de 1861-63* do que em *O capital*, é que a divisão do trabalho dentro da manufatura, enquanto um método de produção do mais-valor relativo, faz com que o capital detenha *todas* as condições para a realização da capacidade de trabalho (ou força de trabalho⁶). Além de já possuir as condições objetivas do trabalho (a propriedade dos meios de produção), agora o capital possui “as condições sociais do trabalho subjetivo”. O mecanismo que torna isso possível é o fato da divisão do trabalho unilateralizar o trabalho do então produtor da mercadoria, isto é, transformar a capacidade de trabalho em “mera função de uma parte do mecanismo completo”, “um acessório do capital”, “elo de um mecanismo que é a existência do capital a ele contraposta” (Marx, 2010b, pp. 316-7). Em uma passagem elucidativa, Marx contrapõe a subsunção formal com a novidade observada na subsunção real do trabalho ao capital:

Originalmente [i.e. sob a subsunção *formal*], em lugar da mercadoria, ele [o trabalhador] tinha de vender ao capitalista o trabalho que produz a mercadoria, uma vez que faltavam a ele as condições objetivas para a realização de sua capacidade de trabalho. Agora [i.e. sob a subsunção *real*] ele deve vendê-la porque sua capacidade de trabalho só é capacidade de trabalho na medida em que é vendida ao capital. Portanto, *agora ele não é mais subsumido sob a produção capitalista apenas pela falta dos meios de trabalho, mas por meio de sua própria capacidade de trabalho*; pelo modo de seu trabalho, ele submete-se ao capital, em cujas mãos não se encontram mais apenas as condições objetivas, mas as condições sociais do trabalho subjetivo sob os quais seu trabalho em geral ainda é trabalho (Marx, 2010b, pp. 316-7, grifos nossos).

Portanto, desde o interior do processo de trabalho, o desenvolvimento dos métodos de produção do mais-valor relativo equivale ao desenvolvimento da subsunção real do trabalho ao capital. Sendo assim, podemos dizer que o momento máximo no qual o trabalho encontra-se realmente subsumido ao capital é com a introdução da maquinaria ao processo produtivo. Agora, o trabalho humano pode se despir de qualquer conteúdo na medida em que o “princípio fundamental” da maquinaria “é a substituição do trabalho qualificado pelo trabalho *simples*”. Em outros termos, “é essencial que muitos façam *o mesmo*” (Marx, 2010b, p. 370, grifos do autor).

Com essa breve digressão, é possível dizer, sem hesitações, que a *crucialidade* da Seção IV de *O capital* repousa sobre o fato de que ali estão postas as condições que foram pressupostas desde o Capítulo I da obra. Sendo mais direto, o estudo da produção do mais-valor relativo torna possível perceber que as condições nas quais ocorre a abstração do trabalho humano são *reais*, resultado da subsunção real do trabalho ao capital, derivada da expansão de um modo de produção especificamente capitalista. Em outros termos, isso nos permite constatar que Marx lida com este modo de produção desde o primeiro parágrafo da Seção I do Livro I.

Demonstrado, portanto, o caráter crucial da Seção IV, resta-nos responder a segunda pergunta levantada anteriormente: porque a concorrência tem um papel explanatório nesse estágio? Mesmo nos *Manuscritos de 1861-63*, onde Marx ainda se

⁶ Há uma mudança de terminologia entre os escritos preparatórios de 1861-63 e a publicação da obra em 1867, quando Marx então passa a se referir exclusivamente ao termo “força de trabalho” no lugar de “capacidade de trabalho”.

baseava na distinção entre capital em geral e vários capitais, algumas vezes ele se encontra tendo que fornecer algum papel explicativo à concorrência dentro do capítulo do capital em geral. Em uma passagem desse texto – que parece inspirar a subseção “divisão do trabalho na manufatura e divisão do trabalho na sociedade” do Capítulo XII do Livro I de *O capital* –, Marx expressa sua preocupação em tratar da concorrência nesse nível da exposição:

No interior da sociedade, [...] a divisão do trabalho aparece livre, isto é, contingente, *unida por um nexo interior* que, porém, se representa tanto como o produto das circunstâncias quanto do arbítrio dos produtores de mercadorias independentes uns dos outros. Essencialmente distintas, já que a divisão do trabalho – como modo de produção especificamente capitalista – no interior do ateliê se contrapõe à divisão do trabalho no todo da sociedade, ambas se condicionando reciprocamente. Em verdade, *isso significa que a grande indústria e a livre concorrência são ambas formas que se condicionam reciprocamente*, figuras da produção capitalista. *Porém, deve-se evitar, aqui, todo recurso à concorrência, uma vez que ela é a ação dos capitais uns sobre os outros, já pressupondo, portanto, o desenvolvimento do capital em geral* (Marx, 2010b, pp. 359-60, grifos nossos).

Mesmo com a cautela, Marx não deixa despercebido que a livre concorrência enquanto representação da divisão do trabalho na sociedade condiciona e é condicionada pela grande indústria. Algumas páginas adiante, Marx (2010b, p. 370) oferece uma interpretação parcial desta relação ao afirmar que “o emprego da maquinaria aumenta a divisão do trabalho no interior da sociedade, a multiplicação dos ramos de atividade particulares e as esferas de produção independentes”. Na medida em que a maquinaria é uma “força produtiva produzida” (ibidem, p. 371), seu desenvolvimento abre novos campos de investimento ao capital. Aumentam a diversidade dos valores de uso produzidos e, assim, a divisão do trabalho na sociedade torna-se mais complexa. Isso indica, evidentemente, que a maquinaria contribui para a constituição e consolidação de uma divisão internacional do trabalho (por ser uma instância da divisão do trabalho no interior da sociedade).

A outra condicionante (da concorrência sobre a grande indústria) pode ser explicada pela coerção fornecida pela concorrência para o aperfeiçoamento das técnicas produtivas com vistas à obtenção de mais-valor acima do que seria considerado normal. Há, aqui, dois movimentos: a concorrência força os capitais individuais a reduzirem o tempo de trabalho necessário para a produção de determinada mercadoria para usufruírem daquele mais-valor adicional; e, uma vez que tal valor individual se diferenciou em relação ao valor social, os capitais menos produtivos se veem coagidos a uniformizar seu processo de trabalho em relação àquele aplicado pelos concorrentes mais avançados tecnologicamente (Shaikh, 2016, pp. 261-3). Este segundo movimento provoca uma tendência de convergência do valor social (que se expressa no preço) em direção aos menores valores individuais. Quando isto ocorre, ou seja, “tão logo a concorrência tenha reduzido ao seu valor o preço da mercadoria produzida por meio da maquinaria” (Marx, 2010b, pp. 385-6), desaparece o mais-valor adicional apropriado pelo capital inovador e o aumento do mais-valor repousa sobre o prolongamento relativo do mais-trabalho através da redução do tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho.

Podemos notar que a organização da Seção IV do Livro I de *O capital* é severamente parecida com a seção dos *Manuscritos de 1861-63* dedicada à produção do mais-valor relativo. Por exemplo, em ambas redações, esse assunto se divide em quatro capítulos (tópicos), o primeiro conceitual e os três seguintes dedicados à cooperação, divisão do trabalho e maquinaria. Mesmo que na redação da obra de 1867 Marx tenha eliminado a distinção entre capital em geral e vários capitais, Callinicos (2014, p. 142)

observa um “desconforto de Marx em conceder à concorrência um papel explanatório tão cedo em sua análise”. Entretanto, ele reconhece a necessidade de expor a concorrência em um nível tão abstrato, pois entende o papel crucial da rivalidade entre capitalistas na explicação da produção do mais-valor relativo.

Nos termos de Callinicos (2014, pp. 140-2), o papel da concorrência nesse processo é definir uma “norma de eficiência [produtiva] média que constitui o tempo de trabalho socialmente necessário adequado para produzir um dado tipo de mercadoria, representada por seu valor de mercado [ou social]”. Os capitalistas que conseguem fazer inovação tecnológica e produzir com uma produtividade acima da média diferenciam o valor individual de suas mercadorias do valor de mercado, gerando, com isso, um lucro extra, desde que o preço de venda da mercadoria esteja acima do equivalente ao valor individual e abaixo do valor de mercado. Quando a nova tecnologia é copiada “em larga escala” pelos demais capitalistas, continua Callinicos, “há uma variação na norma setorial de eficiência e o valor de mercado se reduz, eliminando o lucro extra do inovador mas refletindo um maior nível de produtividade do trabalho e desenvolvimento tecnológico”.

A título de síntese, chegamos a dois resultados fundamentais: a concorrência é o motor de um processo que promove a abstração do trabalho humano e, ao mesmo tempo, a nivelção tendencial dos valores individuais em torno de um valor de mercado. Quando, no Capítulo I do Livro I, Marx descreve o trabalho humano abstraído de suas determinações particulares como a substância do valor, ele está, portanto, tomando como pressuposto a existência da concorrência. A necessidade de vários capitais para a exposição adquire um papel ainda mais ativo quando constatamos que o valor só existe se puder se manifestar, como valor de troca, em uma segunda mercadoria. Necessita-se, portanto, para que o argumento do Capítulo I faça sentido, de vários valores de uso, ou seja, de vários capitais.

Estando a concorrência presente no Livro I, deixamos o argumento aberto à chegada da categoria mercado mundial. É o que faremos na próxima seção.

2 MERCADO MUNDIAL: PONTO DE PARTIDA E DE CHEGADA DO LIVRO I

O argumento que iremos desenvolver nesta seção é fortemente tributário da interpretação de Pradella (2013; 2015) sobre *O capital*, para a qual o mercado mundial já está contido no nível de abstração do Livro I (e, conseqüentemente, dos Livros II e III). O argumento da autora baseia-se em dois desenvolvimentos teóricos de Marx anteriores à redação definitiva de sua obra máxima, que serão desdobrados no restante desta seção.

2.1 Dinheiro mundial: o mercado mundial como ponto de partida do Livro I

Marx rejeitou a teoria quantitativa da moeda (TQM) nos primeiros cadernos escritos em Londres em meados dos anos 1850. Isso significou, nos termos de Pradella (2015, pp. 93 et seq.), um “*turning point*” no pensamento de Marx sobre o capitalismo, permitindo a ele superar a teoria ricardiana do comércio internacional e, com isso, constatar que a lógica geral de desenvolvimento do sistema é global, isto é, o modo de produção capitalista deve ser compreendido a partir da totalidade.

Esta crítica foi publicada por ele alguns anos depois dentro da última seção do capítulo sobre o dinheiro em *Para a crítica da economia política* de 1859. Como Marx (1999, pp. 162 et seq.) expõe, a teoria quantitativa da moeda foi sustentada desde o século XVIII por Hume e aperfeiçoada com “verniz internacional” (ibidem, p. 175) por

Ricardo no século XIX. Em síntese, Hume concluía pela primazia do dinheiro (entendido como meio circulante) sobre o movimento dos preços, ou, nos termos de Marx (ibidem, p. 166), ele entendia que “a alta ou a baixa dos preços das mercadorias depende da quantidade de dinheiro que circula”. Ricardo defendia que os desequilíbrios no balanço de pagamentos seriam causados exclusivamente por fatores de natureza monetária, isto é, ele negava decididamente que fatores reais poderiam determinar esses desequilíbrios. Para ele, o movimento internacional de dinheiro teria o papel de equilibrar os valores das moedas nacionais e, portanto, de amenizar os desequilíbrios (Pradella, 2015, pp. 95-6; Shaikh, 1990, pp. 175-84).

Trabalhos empíricos de dois contemporâneos de Ricardo mais o trabalho teórico de Sir James Steuart fomentaram a crítica de Marx. Os exercícios empíricos, feitos por Thomas Tooke e William Blake⁷, mostravam que, dada uma quantidade estável de metais preciosos, a variação nos preços causava variação na quantidade de dinheiro como meio de circulação; e que por trás do movimento internacional de dinheiro estava o movimento internacional de mercadorias. Na obra de Steuart⁸, conforme Marx, há a identificação de outras funções do dinheiro além de meio circulante, como medida do valor, meio de compra e pagamento e dinheiro mundial (Pradella, 2015, p. 95; Callinicos, 2014, pp. 80-1). Nos comentários sobre esse autor, Marx aponta para a questão do mercado mundial de uma forma que será desenvolvida posteriormente em *O capital*:

A moeda simbólica ou a moeda creditícia [...] podem substituir os metais preciosos na circulação interna como meio de compra ou como meio de pagamento, mas não no mercado mundial. As notas de papel são por isso o dinheiro da sociedade (*money of society*), enquanto o ouro e a prata constituem o dinheiro mundial (*money of the world*) (Marx, 1999, p. 169).

Baseado nestes autores críticos à TQM e em suas próprias observações, Marx destaca o papel dos fatores reais, como variações na produtividade, na determinação dos preços. Consequentemente, através da influência da produtividade sobre exportações e importações, Marx percebeu o papel dos fatores reais sobre a balança comercial. Nos termos de Pradella (2015, p. 97), isso abriu caminho para Marx estudar, nos cadernos de Londres, “relações de produção no nível internacional”.

O ponto central da rejeição marxiana à TQM é o reconhecimento de que o dinheiro pode funcionar como meio de circulação ou como meio de pagamento⁹, que abre as portas para o entendimento do dinheiro como capital – isto é, como valor em permanente processo de valorização – e engendra a possibilidade mais geral da crise, qual seja, aquela contida na contradição entre mercadoria e dinheiro presente na circulação simples de mercadorias. Refuta-se, assim, a teoria da circulação de Ricardo e supera a abordagem nacional dos clássicos (ibidem, pp. 94-98), como argumenta a autora na seguinte passagem:

Graças à sua crítica da teoria quantitativa da moeda, Marx pode superar a implícita abordagem nacional dos clássicos e começar sua análise a partir da circulação geral de mercadorias no mercado mundial (MEGA2 IV/8:326¹⁰). Isto permitiu a ele identificar o trabalho universal, abstrato, como a fonte do valor e isolar os fatores reais operando sobre a balança comercial de um país,

⁷Cf. Marx (1999, pp. 178 et seq.); Pradella (2015, pp. 96-7).

⁸Embora tenha sido lido por Adam Smith, Steuart “permaneceu relegado ao esquecimento como um ‘cão morto’” (Marx, 1999, p. 170).

⁹Nas palavras finais de sua exposição sobre a teoria do dinheiro de Ricardo, Marx conclui com o “dogma” ricardiano segundo o qual “o dinheiro não é mais que moeda, por isso, a quantidade de ouro que existe em um país deve entrar na circulação” (Marx, 1999, p. 177).

¹⁰Referência da autora à página 326 da seção IV/8 da MEGA2, intitulada *Exzerpte und Notizen (März bis Juni 1851)* que, em tradução livre, seria Trechos e Notas (Março a Junho de 1851).

entendendo assim as causas subjacentes de sua riqueza e seu poder relativos. Marx pode conceituar também a dinâmica universalizante do capital e sua tendência à crise (Pradella, 2015, p. 98).

Para Pradella, portanto, superar a TQM permitiu a Marx entender a natureza global do capitalismo, decorrente, em última instância, da natureza autoexpansiva do capital. É por causa disso que, segundo ela, numa afirmação que demonstraremos na sequência, Marx “começa sua análise [em *O capital*] a partir da circulação geral de mercadorias no mercado mundial” – o que lhe permite identificar o trabalho abstrato como fonte do valor e, portanto, entender as causas da riqueza relativa. A “tendência universalizante do capital” implica que o limite da produção capitalista, portanto, não está na capacidade de consumo doméstico, mas na capacidade de consumo mundial: Marx registra nos cadernos de Londres que o comércio dentro da Inglaterra, por exemplo, é limitado pelo comércio entre comerciantes e consumidores no mercado mundial (ibidem, loc. cit.).

Antes de chegarmos à *O capital*, é digno de nota destacar que a teoria do dinheiro nos *Grundrisse* e nos *Manuscritos de 1861-63* aponta, também, para a questão do mercado mundial. No Capítulo do dinheiro nos *Grundrisse*, Marx esboça uma estrutura que será repetida na redação da versão definitiva do Capítulo III (“O dinheiro ou a circulação de mercadorias”) de *O capital*. Nos comentários de Dussel aos *Grundrisse*, ele resume o movimento de construção da categoria dinheiro nesta obra:

A partir da circulação, fundada na produção, é possível definir as ‘funções’ do dinheiro – como mercadoria, entre as mercadorias, que ‘mede’ o valor de outra mercadoria; como ‘meio de circulação’. O dinheiro ‘como dinheiro’ aparece, em troca, com diversos graus de *autonomia* em face das outras mercadorias, como tesouro, como meio de pagamento, como moeda mundial. Na ‘moeda mundial’, o dinheiro alcança a sua síntese: é ao mesmo tempo universal (mundial) sendo, no entanto, uma moeda determinada (ouro ou prata) (Dussel, 2012, p. 104).

Se compararmos com a construção da categoria dinheiro em *O capital*, veremos exatamente a mesma sequência¹¹: (1) dinheiro como medida dos valores, (2) dinheiro como meio de circulação e (3) dinheiro como dinheiro, que, por sua vez, se abre em três determinações: (3a) dinheiro como tesouro, (3b) dinheiro como meio de pagamento e (3c) dinheiro como dinheiro mundial.

Portanto, entre o primeiro rascunho de *O capital* de 1857-58 até sua publicação em 1867, a teoria do dinheiro mantém sua estrutura, isto é, os nexos entre as categorias subordinadas ao dinheiro mantêm-se os mesmos. Isto indica como a pesquisa que resulta nos *Grundrisse*, provavelmente oriunda de sua crítica à TQM, como apontara Pradella, já havia adquirido certa maturidade. Nos escritos de 1857-58, Marx repercute a identidade entre mercado mundial e totalidade em um dos últimos comentários no Capítulo do dinheiro:

Nessa primeira seção, em que são considerados valor de troca, dinheiro, preço, as mercadorias sempre aparecem como dadas. A determinação formal é simples. Sabemos que elas exprimem determinações da produção social, mas a própria produção social é pressuposta. Mas elas *não* são *postas* nessa determinação. Dessa maneira, a primeira troca aparece, na verdade, como troca exclusivamente do supérfluo, que não submete nem determina a totalidade da produção. É o excedente *existente* de uma produção global, que se situa fora do mundo dos valores de troca. Da mesma forma, também na sociedade desenvolvida as coisas se apresentam na superfície como mundo de mercadorias imediatamente existente. Mas essa própria superfície aponta para além de si mesma, para as relações econômicas que são *postas* como *relações de produção*. Por isso, a articulação interna da produção

¹¹Cf. Marx (2013, pp. 169-219).

constitui a segunda seção; sua síntese no Estado, a terceira; a relação internacional, a quarta; *o mercado mundial, a conclusão, em que a produção é posta como totalidade*, assim como cada um de seus momentos; na qual, porém, todas as contradições simultaneamente entram em processo. *O mercado mundial, portanto, constitui ao mesmo tempo o pressuposto e o portador da totalidade*. As crises são, nesse caso, a indicação universal para além do pressuposto e o impulso para a adoção de uma nova configuração histórica (Marx, 2011, pp. 170-1, grifos nossos).

Nesta passagem, Marx está mostrando como a relação entre produção e troca é distinta no capitalismo (isto é, “na sociedade desenvolvida”) em relação a uma sociedade em que a produção não é destinada conscientemente para a troca. Isso é uma ilustração importante para a forma como Marx rejeita a concepção de Ricardo de naturalizar, tornar a-histórica, as relações sociais capitalistas. Trata-se de evidenciar que a superfície mercantil na sociedade desenvolvida “aponta para além de si mesma, para as relações econômicas que são postas como relações de produção”, para uma configuração onde a troca submete a totalidade da produção.

Enquanto “portador da totalidade”, o mercado mundial expressa um todo caótico de relações mercantis. Usando a interpretação de Lukács (2012, pp. 296-7) de que a totalidade “constitui a reprodução ideal do realmente existente”, podemos conceituar o mercado mundial como a expressão “do realmente existente”, isto é, como a expressão do modo capitalista de produção. Comparando com a concepção burguesa de economia, Lukács assevera que o ponto de partida da concepção marxiana de ciência é a totalidade:

A economia marxiana, ao contrário [da ciência burguesa], parte sempre da totalidade do ser social e volta a desembocar nessa totalidade. Como já expusemos, o tratamento central e, sob certos aspectos, frequentemente imanente dos fenômenos econômicos encontra seu fundamento no fato de que neles deve ser buscada e encontrada a força motriz, em última análise, decisiva do desenvolvimento social em seu conjunto (Lukács, 2012, p. 291).

Há, aqui, duas constatações relevantes. Por um lado, a proposição de que o tratamento central dos fenômenos econômicos decorre de seu papel decisivo no “desenvolvimento social em seu conjunto”¹² explica porque a lei do valor é a “lei econômica do movimento da sociedade moderna” que Marx busca desvelar com *O capital*¹³. Por outro lado, se usarmos o indicativo de Lukács de que a crítica de Marx parte conscientemente da totalidade do ser social, e considerando a identidade entre totalidade e mercado mundial como apontada nos *Grundrisse*, podemos vislumbrar que a crítica da economia política de Marx, materializada em *O capital*, toma o mercado mundial como *locus* geral onde a exposição se desenvolve.

Não é por outro motivo, nos parece, que o objetivo da obra, como consta no *Prefácio da primeira edição* do Livro I, é investigar “o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação” (Marx, 2013, p. 78). A exposição de Marx, como se sabe, vai mostrar que o valor é o “sujeito automático” de um processo de permanente autovalorização, num movimento no qual a riqueza sob a forma mercantil cresce através de uma lógica autonomizada em relação aos seres humanos e, por isso mesmo, estranhada (Duayer e Medeiros, 2008, p. 156). Na circulação do dinheiro como capital, “o valor passa constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, e, com isso, transforma-se no sujeito automático do processo” (Marx, 2013, pp. 229-30). Em outros termos: “a circulação do dinheiro

¹²O termo desenvolvimento social deve ser entendido aqui como o “recoo das barreiras naturais” (Cf. Lukács, 2012, p. 289 e pp. 319-20), ou seja, como a explicitação cada vez maior das determinações puramente sociais.

¹³ Cf. Prefácio da primeira edição de *O capital* (Marx, 2013, p. 79)

como capital é [...] um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido” (ibidem, p. 228).

Por isso, a lógica do capital se sobrepõe à lógica dos Estados-nacionais: o impulso autoexpansivo do valor empurra o capital para fora de qualquer fronteira nacional. Sua internacionalização, portanto, é um atributo imanente; e Marx (ibidem, p. 78, grifos nossos) parece reconhecê-lo quando toma a Inglaterra como sua “*ilustração principal*” em virtude de ser a “localização clássica” deste modo de produção¹⁴.

Entender o mercado mundial como o momento onde a produção é subjugada à troca permite compreendê-lo, também, como o momento onde a produção capitalista sobrepõe-se sobre outros modos de produção, como Marx e Engels compreenderam desde o *Manifesto comunista*: a pressão que a troca joga sobre os produtores impele-os ao aumento de produtividade¹⁵. O comércio, portanto, é um pressuposto e um momento da produção: produz-se para a troca. Por isso o valor não é criado na circulação, mas na produção, sendo a primeira um momento da segunda (Rubin, 1987, pp. 166-7). O mercado mundial marca o momento onde esse processo de valorização – de abstração do trabalho humano – se torna a norma das relações sociais, isto é, o trabalho abstrato se sobrepõe universalmente ao trabalho concreto no âmbito do mercado mundial.

Como o mercado mundial é o pressuposto para a abstração real do trabalho humano, ele está pressuposto, abstraído de suas determinações mais concretas, desde o princípio de *O capital*. A rejeição de Marx à TQM o faz perceber a primazia histórica e conceitual do mercado mundial dentro da teoria do valor trabalho: por um lado forneceu as condições materiais para a acumulação de capital e, por outro, resulta da própria noção de estranhamento presente no capital. Esta é uma constatação importante e necessária para o desenvolvimento de nosso argumento. Devemos ressaltar, ademais, que a exposição de Marx se desenrola com o acréscimo paulatino de novas determinações cada vez mais concretas que se articulam com os níveis mais abstratos formando, em conjunto, a realidade capitalista. Em outros termos, o desenvolvimento categorial de *O capital* não parte do plano epistemológico em direção ao ontológico. Ao contrário, o real já está presente desde o começo (Callinicos, 2014, pp. 125-9). Nesse sentido, as abstrações das determinações mais concretas não são de tipo idealista, mas materialista.

Seguindo em linhas gerais o argumento de Pradella (2015, pp. 153-4), a conclusão obtida no parágrafo anterior explica porque o último item do último capítulo da primeira seção do Livro I é o dinheiro como dinheiro mundial: ao representar a passagem lógica do valor ao capital, a categoria dinheiro mundial explicita a importância do mercado mundial que estava implícita desde o princípio. A autora, entretanto, não menciona o fato do dinheiro como meio de pagamento, antes do dinheiro mundial, já conter, em germe, a possibilidade do capital na medida em que ele contém a possibilidade do pagamento de juros (Medeiros e Leite, 2016): nos termos de Marx (2013, p. 208), quando o dinheiro opera como meio de pagamento “o vendedor se torna credor, e o comprador, devedor”. De fato, sendo o dinheiro como dinheiro mundial a

¹⁴ Cf. Miranda (2016) para uma oportuna análise através da lei do valor da relação entre o “caso clássico” e os casos não-clássicos de desenvolvimento capitalista.

¹⁵ No *Manifesto*, os autores dizem o seguinte: “com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. *Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada* que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas (Marx e Engels, 2007, p. 44, grifos nossos).

potencialização do dinheiro como meio de pagamento, ou, em outros termos, “meio universal de pagamento” (ibidem, p. 217), o primeiro torna-se a categoria mais completa para anteceder logicamente a categoria capital.

Sendo, por um lado, o valor a cristalização de trabalho humano abstrato, caracterizando o capital como o valor que se autovaloriza e, por outro lado, sendo o dinheiro mundial “a mercadoria cuja forma natural é, ao mesmo tempo, a forma imediatamente social de efetivação do trabalho humano *in abstracto*” (Marx, 2013, p. 215), o papel do dinheiro mundial é universalizar a possibilidade lógica e histórico-concreta do capital. Considerando o dinheiro mundial como a mercadoria cuja “forma de existência torna-se adequada a seu conceito” (ibidem, loc. cit.), parece ficar claro que a análise do desdobramento da forma de valor no primeiro capítulo de *O capital* – desde a forma de valor simples até a forma-dinheiro – pressupõe que a mercadoria-dinheiro elegida como tal fosse a mercadoria que assume a função de dinheiro mundial. Conclui-se desse raciocínio que a análise das formas de valor foi conduzida por Marx no nível de abstração do mercado mundial (e não no nível de uma economia nacional qualquer). Se isto é verdade, o mesmo também é para a análise do conteúdo de valor onde Marx desenvolve o duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias. Esperamos demonstrar, assim, a assertiva de Pradella (2015) para a qual a exposição em *O capital* parte do nível de abstração do mercado mundial, ainda que ele não esteja literalmente ali com todas as suas determinações concretas.

Tal raciocínio encontra suporte também nos *Manuscritos de 1861-63*. Há uma passagem, citada em Pradella (2015, p. 148), Callinicos (2014, p. 294) e Harvey (2005, p. 63), em que Marx afirma que o desenvolvimento do mercado mundial promove a transformação do dinheiro em dinheiro mundial e do trabalho abstrato em trabalho social:

Se o trabalho excedente ou mais-valia se configurasse apenas em produto excedente nacional, o aumento do valor pelo valor e em consequência a extorsão de trabalho excedente encontrariam um limite na estreiteza, no reduzido elenco de valores de uso em que se apresenta o valor do trabalho nacional. Mas é o comércio exterior que desenvolve a verdadeira natureza do produto excedente como valor, ao fazer o trabalho nele contido como trabalho social configurar-se numa série ilimitada de diferentes valores de uso, e ao dar realmente sentido à riqueza abstrata.

[...]

Mas só o comércio exterior, a transformação do mercado em mercado mundial, faz o dinheiro evoluir para dinheiro mundial e o *trabalho abstrato* para trabalho social. A riqueza abstrata, valor, dinheiro, e em consequência o *trabalho abstrato* desenvolvem-se na medida em que o trabalho concreto se torna uma totalidade – que abrange o mercado mundial – de maneiras diferentes de trabalho. A produção capitalista assenta no *valor* ou na conversão do trabalho contido no produto, em trabalho social. Mas isso só é possível na base do comércio exterior e do mercado mundial. E constitui pressuposto e ao mesmo tempo resultado da produção capitalista (Marx, 1980, pp. 1302-3)¹⁶.

A característica notável desta longa citação é a descrição de que como a produção capitalista assenta-se sobre o trabalho social e o mercado mundial, este é, através da universalização da produção capitalista, o responsável pela conformação do caráter social do trabalho abstrato. Nos termos de Harvey (ibidem, loc. cit.), “a tendência do capitalismo, portanto, é estabelecer um conjunto universal de valores,

¹⁶Essa passagem está inserida no capítulo 21 das *Teorias da mais-valia*, em um contexto no qual Marx critica um folheto anônimo publicado em 1821 que expõe uma posição baseada na teoria ricardiana mas que continha “um avanço importante sobre Ricardo” (Marx, 1980, p. 1288), que era a vinculação direta entre mais-valor e mais-trabalho (ou ‘trabalho excedente’ na tradução de Reginaldo Sant’Anna).

baseado no ‘trabalho social abstrato’, definido numa escala global”. Assim, ele (o mercado mundial) torna-se pressuposto da produção capitalista. Ao mesmo tempo, ele também é o resultado pois sua efetivação depende de um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas – cujo patamar só foi atingido graças à divisão técnica do trabalho proporcionada pela grande indústria. Em outros termos, o desenvolvimento do mercado (e do dinheiro) mundial é um pressuposto lógico e um resultado histórico do capitalismo.

2.2 Acumulação do capital: o mercado mundial como ponto de chegada do Livro I

Além do argumento que vai da rejeição da teoria quantitativa da moeda até a teoria do dinheiro em *O capital*, há um segundo grande argumento para entender o lugar do mercado mundial na obra-prima de Marx. Trata-se do *grand finale* do Livro I: sua teoria da acumulação desenvolvida na Seção VII. Pradella (2015, p. 155; 2013, p. 122) destaca a primeira nota de rodapé do Capítulo XXII do Livro I (“Transformação de mais-valor em capital”) como o momento em que Marx explicita o lugar do mercado mundial no nível de abstração em que a exposição está situada. Marx literalmente escreve o seguinte:

Abstraímos, aqui, do comércio de exportação, por meio do qual uma nação pode converter artigos de luxo em meios de produção ou de subsistência e vice-versa. Para conceber o objeto da investigação em sua pureza, livre de circunstâncias acessórias perturbadoras, temos de considerar, aqui, o mundo comercial como uma nação e pressupor que a produção capitalista se consolidou em toda parte e apoderou-se de todos os ramos industriais (Marx, 2013, p. 656).

Com base nessa nota, devemos considerar que o processo de reprodução do capital é analisado abstraindo o “comércio de exportação” e, portanto, concebendo “o mundo comercial como uma nação”. De fato, Marx explicitamente expõe este processo tomando por base o modo de produção capitalista como um todo (ratificando, no final do livro, aquilo que havia posto no Prefácio). Nos termos de Pradella (2015, p. 147), esta abstração “é a única forma de conceituar o mercado mundial, o qual inclui os mercados internos e externos de todas as nações participantes dele”. Em outros termos, a interpretação de que Marx adota relações de produção globais (e não nacionais) em sua teoria da reprodução pode ser ilustrada por uma passagem da *Crítica do programa de Gotha*, escrito em 1875, onde Marx desafia a tese de que a classe trabalhadora alemã deveria atuar “nos marcos do atual Estado nacional”:

Mas os próprios ‘marcos do atual Estado nacional’ do Império alemão, por exemplo, situam-se, economicamente, ‘nos marcos do mercado mundial’ e, politicamente, ‘nos marcos do sistema dos Estados’. *Qualquer comerciante sabe que o comércio alemão é, ao mesmo tempo, comércio exterior*, e a grandeza do sr. Bismarck reside justamente em sua forma de política internacional (Marx, 2012, p. 35, grifos nossos)

A imediata identificação entre o comércio alemão e o comércio exterior significa que a produção alemã é feita para a troca universal, para o comércio em geral, para o mercado mundial. Ou seja, não é do interesse do capitalista conhecer quem está consumindo as mercadorias produzidas pelos trabalhadores contratados por ele. Portanto, produção para a troca é produção para o mercado mundial. O mercado mundial se constitui com a divisão técnica, social e internacional do trabalho que coloca a troca, ou a produção para a venda, como o “fundamento universal de todas as indústrias” (Marx, 2011, p. 435).

Se o escopo de *O capital* – conforme a sugestão de Heinrich (2009, pp. 81-2) – é a exposição da “organização interna do modo de produção de capitalista”, a categoria mercado mundial expressa o capitalismo em sua totalidade, como já identificado nos *Grundrisse*. À luz desse entendimento, podemos voltar à nota de rodapé do Capítulo XXII de *O capital* que expressa o nível de abstração em que a exposição está sendo conduzida. Quando Marx (2013, p. 656) pressupõe “que a produção capitalista se consolidou em toda parte e apoderou-se de todos os ramos industriais”, ele está, conforme Pradella (2015, pp. 147-8), supondo a imposição tendencial do modo de produção capitalista espacial e setorialmente, portanto considerando a economia mundial enquanto totalidade a partir da “lógica geral de desenvolvimento do sistema” já identificada nas seções precedentes do Livro I.

Marx havia desenvolvido parcialmente sua teoria da reprodução nos *Manuscritos de 1861-63*. Nos termos de Pradella (2015, p. 148), ele introduz “alguns elementos da análise da reprodução ampliada, os quais desenvolveu mais tarde em *O capital* no capítulo sobre a lei geral da acumulação capitalista”. O resultado dessa análise é a percepção da tendência à universalização do modo de produção capitalista, cujo ápice é a própria lei geral da acumulação na medida em que ela implica a tendência à concentração, ou seja, a tendência ao “controle da totalidade das esferas de produção” (ibidem, loc. cit.) pelo capital. Nos termos de Marx em *O capital*: “A acumulação é a conquista do mundo da riqueza social. Juntamente com a massa de material humano explorado, ela amplia o domínio direto e indireto do capitalista” (Marx, 2013, pp. 667-8).

Na seção VII de *O capital*, sobre o processo de acumulação, Marx expõe uma descoberta fundamental desenvolvida, pela primeira vez, nos *Manuscritos de 1861-63* (Pradella, 2015, p. 145-8): como a acumulação é um processo ininterrupto decorrente da transformação de mais-valor em capital adicional e o mais-valor, conforme a exposição em *O capital*, “não contém um só átomo de valor que não derive de trabalho alheio não pago” (Marx, 2013, p. 658), infere-se daí que o capital, depois de vários processos reprodutivos, é inteiramente constituído por “trabalho alheio não pago”. Em síntese, a teoria da reprodução desenvolvida em 1861-63 explicita um duplo movimento: a tendência expansionista do capital e a tendência à universalização do trabalho. A conexão entre esse desenvolvimento e a análise do valor em *O capital* é descrita por Pradella (2015, p. 148) da seguinte forma:

Uma vez que a produção capitalista assenta-se sobre a universalização do trabalho incorporado na mercadoria, a análise de Marx da reprodução permitiu a ele explicitamente começar sua exposição em *O capital* a partir do duplo caráter do trabalho contido na mercadoria, considerado como trabalho *social, universal*, assumindo tal caráter progressivamente de acordo com a universalização do modo de produção capitalista (Pradella, 2015, p. 148, tradução nossa).

O duplo caráter do trabalho explicita uma contradição fundamental entre trabalho concreto e trabalho abstrato, tendo importância vital para a teoria do valor de Marx. Podemos dizer, portanto, que a teoria do valor em *O capital* pressupõe sua teoria da reprodução, sendo esta desenvolvida pela primeira vez nos *Manuscritos de 1861-63*. Como, por sua vez, o nível de abstração da teoria da reprodução integra o mercado mundial, podemos concluir, mais uma vez, que a teoria do valor de Marx também parte do mercado mundial como uma das abstrações necessárias para desvendar a “lógica geral do desenvolvimento do sistema”. Em outras palavras, *O capital* parte da totalidade da economia mundial e não de um sistema nacional fechado.

Tomar o mercado mundial como pressuposto equivale a considerar, como o faz Pradella (2015; 2013), um sistema em permanente expansão. De fato, as fronteiras do

mercado mundial capitalista se afastam do centro junto com o desenvolvimento da divisão técnica e social do trabalho, da cooperação, enfim, da própria acumulação de capital. Para Pradella (2015, p. 122), a crescente preocupação de Marx com a acumulação em escala mundial, tal como expressa primeiramente nos cadernos de Londres, está associada com uma “noção de revolução permanente em um plano genuinamente internacional”.

De fato, é impossível desvincular a elaboração científica de Marx de sua atividade política. A fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) no justo momento em que Marx preparava a publicação do Livro de I de *O capital* é sintomático a esse respeito. Entre os dois campos de batalha – o científico e o político – havia uma complementariedade muito bem registrada por de Paula (2008):

Marx e Engels haviam previsto a internacionalização do capital no *Manifesto Comunista*, de 1848, e ela, de fato, estava ocorrendo. Lançado no mundo, o capital modernizava e submetia o que tocava. Internacionalizado o capital, internacionalizaram-se a luta de classes, as contradições, os conflitos, os compartilhamentos políticos e culturais (de Paula, 2008, p. 232).

A intensidade das atividades de Marx na AIT, isto é, sua militância pela revolução internacional (Coggiola, 2011, pp. 169-70), são plenamente incorporadas no Livro I de *O capital* – revelando a complementariedade destacada anteriormente. A conclusão do Capítulo XXIV (“A assim chamada acumulação primitiva”), como alerta Kohan (2003, pp. 236-8), é quase uma consigna política, uma “convocação à ação, à práxis, à revolução”:

A transformação da propriedade privada fragmentária, baseada no trabalho próprio dos indivíduos, em propriedade capitalista, é, naturalmente, um processo incomparavelmente mais prolongado, duro e dificultoso do que a transformação da propriedade capitalista – já fundada, de fato, na organização social da produção – em propriedade social. Lá, tratava-se da expropriação da massa do povo por poucos usurpadores; *aqui, trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo* (Marx, 2013, p. 833, grifos nossos).

Os fragmentos reunidos na seção “Tendência histórica da acumulação capitalista” do Capítulo XXIV seriam o fechamento previsto por Marx para seu livro, mas, em virtude da censura, de acordo com Rubel (1970), o autor optou por incluir um capítulo adicional menos político para fugir dos censores e ocultar ante os mesmos “as conclusões revolucionárias de sua crítica da economia política” (Rubel, 1970, apud Kohan, 2003, p. 238). Esta hipótese parece ser bem plausível, ainda mais levando-se em consideração que o argumento do Capítulo XXV (“A teoria moderna da colonização”) seria perfeitamente cabível como uma seção do Capítulo XXIV.

Independentemente disso, o espírito do argumento final do Livro I, nos dois últimos capítulos, demonstra franca e concretamente a natureza expansionista da sociabilidade capitalista, materializada na expansão das fronteiras do mercado mundial: ao falar dos Estados Unidos, por exemplo, Marx (2013, p. 844) assegura que “a produção capitalista avança ali a passos de gigante”. Ora, o grau com o qual o capitalismo penetra em outras formações sociais depende da velocidade com a qual se processam as expropriações. Ao toma-las como ponto de chegada do Livro I, nos parece que Marx confere um acento mais concreto ao mercado mundial do que havia lhe conferido desde o Capítulo I. Na partida, tomava o mercado mundial como a totalidade das relações mercantis, um todo caótico como já afirmamos, necessário logicamente para a abstração real do trabalho humano. Agora, na chegada, essa totalidade se manifesta em permanente expansão, em um movimento histórico dependente do ritmo das expropriações, determinado em última instância pela violência estatal: “A violência

é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica” (Marx, 2013, p. 821).

Seja na partida ou na chegada, tentamos defender que o Livro I se desenvolve necessariamente no nível de abstração do mercado mundial, entendido como a representação total do modo capitalista de produção. O que diferencia os dois momentos é a quantidade de determinações que o tornam mais ou menos complexo: enquanto na partida ele é um pressuposto abstratamente considerado, na chegada ele é posto como o resultado histórico-concreto do espraio das relações de produção capitalistas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos demonstrar que o Livro I de *O capital* é conduzido no nível do mercado mundial, ou, o que dá no mesmo, da totalidade do modo capitalista de produção. Feito isso, podemos dizer que o mercado mundial é muito mais do que a esfera da circulação de mercadorias em escala mundial. Ele é a lei do valor em escala global, portanto o capital industrial (no sentido *marxiano*) em escala mundial. Representa a circulação do capital e não apenas das mercadorias.

Conduzimos nosso argumento através de três momentos. No primeiro, dialogamos com uma interpretação bastante difundida sobre *O capital* para a qual o Livro I é o lugar do capital em geral, a antítese da concorrência. Defendemos, por outro lado, que para o argumento de Marx funcionar, ele necessita desde o Capítulo I da existência de vários capitais, de forma que a categoria concorrência integra o Livro I desde seu princípio. Sendo o mercado mundial uma implicação da concorrência, foi possível partir, na sequência, para os últimos dois momentos do texto. Tentamos mostrar que o mercado mundial está presente no Livro I desde seu *ponto de partida* – a mercadoria e os desdobramentos da forma de valor até o dinheiro como dinheiro mundial – até seu *ponto de chegada* – a reprodução de capital e a acumulação primitiva.

Sendo a exposição em *O capital* logicamente construída sobre o pressuposto do mercado mundial, a lei geral da acumulação capitalista, resultado teórico indispensável do Livro I, funciona em escala mundial (e não nacional). Inspirados por Pradella (2013; 2015), o corolário da assertiva anterior é a constatação de que a polarização crescente entre acumulação de riqueza e pauperismo contida na lei geral abrange a totalidade do modo de produção capitalista. Ou seja, no elevado nível de abstração do Livro I já é possível antever que o desenvolvimento desigual e combinado é uma característica própria desse modo de produção, tornando-o uma unidade contraditória entre economias imperialistas e dependentes, como temos argumentado em outros lugares. Por outro lado, no nível de abstração com o qual a exposição no Livro I é conduzida ainda não é possível detectar concretamente o motor que engendra tal polarização, muito menos a forma como ela se manifesta historicamente.

4 REFERÊNCIAS

- BELLOFIORE, R.; FINESCHI, R. Introduction. In: BELLOFIORE, R.; FINESCHI, R. **Re-reading Marx: New Perspectives after the Critical Edition**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009. p. 1-16.
- CALLINICOS, A. **Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny**. London: Bookmarks Publications, 2014.
- COGGIOLA, O. A primeira Internacional Operária e a Comuna de Paris. **Aurora**, n. 8, Marília (SP), ago. 2011. pp. 165-183.

- DE DEUS, L. Marx em tempos de Mega: os planos e o plano de O capital. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, out.-dez. 2015. pp. 927-954.
- DE PAULA, J. A. A ideia de nação no século XIX e o marxismo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, 2008. 219-235.
- DUAYER, M.; MEDEIROS, J. L. Marx, estranhamento e emancipação: o caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 34, 2008. pp. 151-161.
- DUSSEL, E. **Hacia Un Marx Desconocido**: Un comentario de los Manuscritos del 61-63. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 1988.
- DUSSEL, E. **A produção teórica de Marx**: um comentário aos Grundrisse. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 394 p.
- HARVEY, D. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. p. 41-73.
- HEINRICH, M. Prefácio ao Livro II de O capital. In: MARX, K. **O capital, Livro II**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 17-23.
- HENRICH, M. Reconstruction or Deconstruction? Methodological Controversies about Value and Capital, and New Insights from the Critical Edition. In: BELLOFIORE, R.; FINESCHI, R. (.). **Re-reading Marx**: New Perspectives after the Critical Edition. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009. p. 71-98.
- HUBMANN, G. Da política à filologia: a Marx-Engels-Gesamtausgabe. **Revista Crítica Marxista**, Campinas (SP), n. 34, 2012. 33-49.
- KOHAN, N. **El Capital**: historia y método. Buenos Aires: Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo, 2003. 369 p.
- LENIN, V. **The development of capitalism in Russia**. Moscow: Progress Publishers, 1960. 686 p.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 512 p.
- MARX, K. [Carta] 22 fev. 1858, London, [para] LASSALLE, F., Dusseldorf. In: Marx & Engels Collected Works: volume 40 (Letters, Jan. 1856 - Dec. 1859). Lawrence & Wishard, 2010a, p. 268-271.
- MARX, K. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. São Paulo: DIFEL, 3 volumes, 1980.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política**. Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MARX, K. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. Tradução de Klaus Von Puchen. São Paulo: Centauro, 2004. 169 p.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política, Manuscrito de 1861-63 (cadernos I a IV), Terceiro Capítulo**. Tradução de Leonardo Deus. Belo Horizonte: Autêntica, 2010b. 439 p.
- MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo e Rio de Janeiro: Boitempo e Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, K. **Crítica do programa de Gotha**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. 140 p.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2013.

- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. 256 p.
- MEDEIROS, J. L.; LEITE, L. **Em busca do elo perdido**: sobre a gênese dialética da categoria capital. Anais do XXI Encontro Nacional de Economia Política. São Bernardo do Campo: SEP. 2016.
- MIRANDA, F. **Mercado mundial e desenvolvimento desigual: uma contribuição teórica a partir de Marx**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Economia. Niterói, p. 210. 2016.
- PRADELLA, L. Imperialism and capitalist development in Marx's Capital. **Historical Materialism**, London, n. 21, v. 2, 2013. 117-147.
- PRADELLA, L. **Globalisation and the Critique of Political Economy**: new insights from Marx's writings. London: Routledge, 2015.
- ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Tradução de Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ e Contraponto, 2001. 624 p.
- RUBEL, M. **Karl Marx**: ensayo de biografía intelectual. Buenos Aires: Paidós, 1970.
- RUBIN, I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Editora Polis, 1987.
- SHAIKH, A. **Valor, acumulacion y crisis**: ensayos de economía política. Bogotá (Colombia): Tercer Mundo Editores, 1990.
- SHAIKH, A. **Capitalism**: competition, conflict, crises. Nova York: Oxford University Press, 2016. 1019 p.